

ISSN 2238-9113**ÁREA TEMÁTICA:**

- () COMUNICAÇÃO
- () CULTURA
- () DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA
- (X) EDUCAÇÃO
- () MEIO AMBIENTE
- () SAÚDE
- () TRABALHO
- () TECNOLOGIA

RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA ESCOLA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS**Lucia Mara De Lima Padilha (lupadilha5@yahoo.com.br)****Nilvan Laurindo Sousa (lnilvan@yahoo.com)****Ronir De Fátima Gonçalves Rodrigues (ronirdefatima@gmail.com)****Fabiane Tomachewski (byfabi@hotmail.com)****Vera Lucia Martiniak (veramartiniak07@yahoo.com.br)****RESUMO**

O presente trabalho refere-se a um curso de extensão que visou a formação continuada de professores da Educação Básica da rede municipal de ensino do Município de Prudentópolis/PR com o intuito de refletir sobre questões teóricas e conceituais das Relações Étnico Raciais na escola. Objetivou-se ainda apresentar propostas pedagógicas como possibilidades de intervenções na prática pedagógica e no cotidiano escolar. Destaca-se a relevância do presente curso de extensão visto a necessidade de uma aproximação dos professores da rede de ensino da Educação Básica com tema em questão, visando atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE (BRASIL, 2004), que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10639/2003 (BRASIL, 2003) à Lei 9394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B (BRASIL, 1996). O citado Parecer 003/2004 buscou traçar orientações curriculares nacionais para os diversos níveis da educação brasileira. Neste sentido, esta proposta se inseriu nas políticas públicas afirmativas que objetivam a superação das desigualdades sociais e o cumprimento da legislação vigente no âmbito escolar. No decorrer do curso foram apresentadas diversas estratégias metodológicas para o trabalho pedagógico, como: livros de literatura infantil que retratam a cultura africana, canções, atividades lúdicas e jogos pedagógicos. A participação e o envolvimento dos participantes evidenciou a necessidade de se aprofundar o conhecimento sobre a temática.

Palavras-chave- Educação. Etnia. Identidade.

Introdução

Nas últimas décadas do século XX, os debates acerca das relações étnico raciais e as ações afirmativas se ampliaram de maneira significativa. Neste contexto, emergiram movimentos reivindicatórios, os quais contribuíram na necessidade de visibilidade de grupos marginalizados da sociedade. Os processos discriminatórios ocorrem em diversos setores sociais, dentre eles, está também a instituição escolar, podendo ser demonstrado nos indicadores educacionais, que deixam em evidencia a discriminação racial no Brasil.

A ausência da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares deixou evidente a falta de compromisso com a população afrodescendente e afirmou uma cultura baseada na ideologia dominante, que historicamente têm negado e invisibilizado os valores e as tradições dos afro-brasileiros e dos demais grupos vulneráveis da sociedade. Trata-se de uma estrutura a serviço da manutenção das estruturas vigentes com o intuito de que brancos (as) e negros (as),

homens e mulheres, adultos e crianças reforcem atitudes preconceituosas e ideologias racistas que adquirem nas escolas e em outras instituições socializadoras, como a igreja e a família. Neste sentido, o tradicional sistema educacional apresenta em seu cotidiano um desafio no que se refere ao fomento das desigualdades na escola.

Essas desigualdades ferem os princípios básicos de uma sociedade que deseja ser democrática, neste sentido, a escola é percebida como um espaço especialmente notadamente marcado pelas relações de desigualdade sociais. Todavia, é também um espaço privilegiado para formação de valorização da diversidade. Com a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) a escola deverá atuar visando o reconhecimento das diferenças e a construção da igualdade social. Cabe a escola o papel de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios consolidados em seus currículos e projetos pedagógicos e ainda nas relações estabelecidas no ambiente escolar, conforme tratam as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004). As Diretrizes Curriculares apontam a necessidade de reeducação. Neste processo, o papel das universidades é definido na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, CNE/CP (Brasil, 2004) que diz em seu Art. 1º, § 1º: “As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004”.

Em consonância com a missão da UEPG e tendo em vista suas políticas de inclusão social, o presente curso de extensão teve como meta realizar uma formação continuada em Relações Étnico-Raciais na escola para professores/as da Educação Básica de ensino, uma vez que, a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) compromete-se com a educação integral, com vistas a participar do esforço de superação das desigualdades sociais e regionais; assumir o compromisso com a construção de uma sociedade socialmente justa, ambientalmente responsável, respeitadora da diversidade e livre de todas as formas de opressão ou discriminação de classe, gênero, etnia ou nacionalidade; lutar pela universalização da cidadania e pela consolidação da democracia (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, 2012). Neste sentido, o curso de extensão: “Relações Étnico Raciais na Escola: Possibilidades Pedagógicas” se inseriu nas políticas públicas afirmativas que objetivam a superação das desigualdades sociais e o cumprimento da legislação vigente no âmbito escolar.

Objetivos

O curso de extensão visou capacitar professores da rede de ensino de educação básica do Município de Prudentópolis/PR para atender as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, contidos no Parecer 003/2004 elaborados pelo CNE (BRASIL, 2004), que regulamenta a alteração trazida pela Lei 10639/2003 (BRASIL, 2003) à Lei 9394/1996, nos seus artigos 26, 26A e 79B (BRASIL, 1996). Teve como objetivo geral: Formação profissional, por meio do curso de extensão, para a capacitação de professores da educação básica, visando o atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e a Diversidade na escola. Como objetivos específicos: Compreender a desigualdade social do negro como um processo histórico de legitimação ideológica do racismo em nossa sociedade; Analisar as práticas discriminatórias da educação escolarizada e as políticas educacionais que visam promover a igualdade racial nas escolas; Apresentar historicamente as contribuições africanas e negras no Brasil; Elaborar ações de cunho pedagógico que visem incluir a história e cultura dos africanos no currículo escolar.

Referencial teórico-metodológico

Para a compreensão da realidade de uma determinada sociedade, em sua totalidade, faz-se necessário entender as relações, econômicas, políticas e sociais, presentes no contexto analisado, pois as transformações que ocorrem nesta sociedade são frutos das contradições existentes no interior destas relações. Compreender as Relações Étnico Raciais na escola, e, conseqüentemente a história do negro no Brasil, pressupõe um estudo que deva partir das condições materiais de existência dos homens, pois para conhecer a realidade de uma sociedade é preciso estudar todas as relações e as mediações existentes. Desta forma, considerou-se essencial a utilização do pressuposto teórico-metodológico baseado no Materialismo Histórico e Dialético, que propõe para a investigação de determinado objeto que se parta das condições concretas de existência, pois é na,

[...] produção social da sua existência, que os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social (MARX, 1979, p.23).

É por meio das relações de trabalho que os homens se humanizam e as formas como essas relações se dão é que determinam a consciência dos homens, ou seja, a consciência é determinada num conjunto de relações com a natureza e com as relações sociais, sendo

sempre subordinada ao ser do homem e a sua vida concreta. Deste modo, compreender a desigualdade social do negro no Brasil como um processo histórico de legitimação ideológica do racismo em nossa sociedade pressupõe uma pesquisa dialética, que contemple as condições materiais e as relações de trabalho presentes na sociedade brasileira.

A exploração do trabalho do negro escravo no Brasil se deu em todas as instâncias econômicas do país, estes trabalharam na agricultura, na mineração, nos serviços domésticos e também nos centros urbanos. A escravatura influenciou, “[...] decisivamente o modo pelo qual se organizavam as diversas esferas da sociedade. Desde o começo da época colonial até fins do período monárquico, marcou não só a economia, mas também a política e a cultura” (IANNI, 1988, p. 11). A presença do negro foi notada nas plantações nas roças “[...] nas cidades e nos campos, os escravos constituíam a principal força de trabalho. Vendedores, ambulantes, artesãos, carregadores, empregados domésticos, carreiros, percorriam as ruas da cidade na sua incessante labuta” (COSTA, 2008, p.23).

O Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, mesmo com a criação das leis internacionais de 1831 e 1850 que proibiam o tráfico de escravos, o país continuou recebendo milhares de africanos. O comércio e o tráfico negreiro representavam a lucratividade e o acúmulo de enormes fortunas, e, em uma sociedade de classes, onde somente algumas “[...] poucas famílias de poderosos controlavam a política e a administração, era difícil fazê-las respeitar a lei, sobretudo quando esta feria seus interesses. Igualmente difícil era encontrar quem ousasse desafia-los” (COSTA, 2008, p. 27).

No período pós-abolição (1888) criou-se o Mito da Democracia Racial com o objetivo de mostrar que no Brasil não existia preconceito contra os negros e que todos eram cidadãos brasileiros. Entretanto, ser emancipado politicamente não representou para os negros a emancipação humana e social, pois, no pós-abolição os negros ex-escravos e seus descendentes foram impedidos do acesso aos bens e serviços, os direitos concedidos teoricamente por meio da Constituição Brasileira de 1891, não se concretizaram na prática. Nesse contexto, os movimentos negros se fortaleceram no país e, por meio deles, a população negra reformulou as suas formas de luta.

Com base no mito da Democracia Racial a sociedade brasileira conservou os valores discriminatórios, adquiridos e conservados, durante o regime de escravidão no país e mascarou as desigualdades sociais existentes por mais de cem anos. Para a classe dominante foi de fundamental importância manter a sujeição dos grupos dominados, para tanto, manteve os mesmos no seu “devido lugar” por meio da neutralização de suas manifestações sociais, culturais, políticos e religiosas. “Já não se procura mais a destruição pura e simples dos polos

de resistência como se fazia com o quilombola, mas cria-se, em cima desta situação conflitante, a filosofia da assimilação e da aculturação, de um lado, e do embranquecimento, do outro” (MOURA, 1988, p.56). Neste contexto, os negros, mesmo representando a maioria da população brasileira, passaram por um processo de negação de sua identidade étnica, uma vez que, ideologicamente a classe dominante perpetuou a ideia de que tudo o que fizessem referência à raça inferior e a escravidão fosse considerado ruim e socialmente desvalorizado.

Compreender as Relações Étnico Raciais, analisar as práticas discriminatórias da educação escolarizada e as políticas educacionais que visam promover a igualdade racial nas escolas, pressupõe realizar uma análise da totalidade das relações, políticas, econômicas e sociais, presentes na sociedade, pois, a educação não se dá de forma isolada, mas faz parte da vida do ser humano e articula-se às transformações do modo como os mesmos produzem materialmente, por meio do trabalho, a sua existência. A partir da análise e da compreensão da história do negro no Brasil o professor terá condições de discutir e contribuir para com promoção da igualdade racial, por meio de ações pedagógicas que incluam a história e a cultura africana no cotidiano escolar. Ressalta-se que, a compreensão de toda a trajetória histórica do negro como escravo no Brasil, se faz necessária para que os professores tenham embasamento teórico para questionar as práticas discriminatórias, o porquê da desvalorização da cultura africana, e, conseqüentemente a necessidade de se trabalhar com seus alunos a importância do reconhecimento e da identidade étnica e cultural africana.

Metodologias

As atividades desenvolvidas buscaram elucidar como os professores poderiam contextualizar a cultura afrodescendente, deste modo, foi necessário abarcar de diversos recursos materiais e físicos como: apresentação de slides, demonstrando os dados da população negra brasileira; livros de literatura infantil; avental de histórias; confecção de bonecas negras de pano (ABAYOMI); músicas e jogos afrodescendentes.

O material produzido foi organizado em forma de oficina, ficando sistematizando a primeira parte para a leitura e explanação dos slides e dos materiais teóricos sobre o assunto, e logo em seguida, a amostragem dos livros de literatura em formato PDF, a encenação de uma das histórias escolhidas “JOÃO e MARIA”, por meio do avental de história. Também foram explicados os significados contidos em algumas músicas, juntamente com brincadeiras e jogos pedagógicos de origem africana. O curso de extensão foi finalizado com a confecção das Abayomis (bonecas de pano), demonstrando as possibilidades pedagógicas acerca do tema das Relações Étnico Raciais.

Resultados

As ações desenvolvidas por meio do projeto desencadearam reflexões nos professores acerca da necessidade de aprofundamento do tema. Infelizmente, é perceptível o desconhecimento dos mesmos sobre o tema e sobre a legislação que garante a implementação e a valorização do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. De forma geral, destaca-se como resultado efetivo do projeto o interesse e a participação dos professores nas oficinas e também o interesse em buscar conhecimentos para serem trabalhados nas salas de aula. Em virtude dos resultados positivos várias professoras envolveram em seus planejamentos as atividades pedagógicas que destacam as Relações Étnico Raciais e que despertaram em outros colegas a necessidade de compreender este tema.

Considerações Finais

Considera-se primordial o despertar sobre a temática em questão e sobre as possibilidades pedagógicas acerca da efetivação do que propõe as políticas educacionais e também a legislação educacional vigente, contudo, o desafio é imenso por se tratar de um debate histórico, político e social. Assim, cabe aos profissionais da educação, por meio da formação inicial e continuada, ter um embasamento teórico e metodológico suficiente para difundir por meio de suas ações e conhecimentos a construção de uma sociedade justa que valoriza a identidade pluricultural de todos os povos que formaram e que formam a sociedade brasileira, ampliando assim, a perceptiva de conhecimento e de respeito à diversidade e a igualdade entre os sujeitos. Destaca-se ainda, a importância da continuidade do referido Curso de Extensão para os professores do município de Prudentópolis/PR que não participaram do mesmo, por diversos motivos, bem como, para professores da Educação Básica de outros municípios da região.

Referências

- BRASIL. Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2003.
- BRASIL. (2004a). Parecer No. CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: 17 p.
- BRASIL. (2004b). Resolução Nº 1, de 17 Junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno: 2 p.
- COSTA, E. V. **A abolição**. 8ª. ed. ver.e ampl. – São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- IANNI, O. **A metamorfose do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil**. ed., São Paulo: Hucitec, Curitiba: Scientia et labor, 1988.
- MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã I**. Lisboa: Editora Presença, 1979.
- MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. 4ª. ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2008-2012. Disponível em: http://www.uepg.br/uepg_missao/missao_2008_2012.pdf. Acessado em 29/07/2015.